

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	15
6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS	16
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	18
10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	19
11. INVESTIMENTOS.....	20
12. IMOBILIZADO	27
13. INTANGÍVEIS.....	30
14. FORNECEDORES	31
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	31
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	32
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	35
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	35
19. PROVISÕES	36
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42
21. RECEITA	43
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	45
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	47
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	49
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	51
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	58
27. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	60
28. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	62
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO	63
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	76

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	03	379.808	1.107.174
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	04	88.283	531.993
Consumidores e Revendedores	05	560.126	673.833
Concessionários - Transporte de Energia		38.557	29.303
Ativo Financeiro da Concessão	10	4.582	2.254
Tributos Compensáveis	06	48.951	183.549
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	07	106.732	67.886
Revendedores – Transações com Energia Livre		-	42.617
Dividendos a Receber		19.861	9.985
Estoques		5.683	5.574
Outros Créditos		77.231	59.434
TOTAL DO CIRCULANTE		1.329.814	2.713.602
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	04	1.399	49.613
Tributos Compensáveis	06	53.672	40.152
Depósitos Vinculados a Litígios	09	177.129	159.673
Transações com Partes Relacionadas		57	15.849
Outros Créditos		85.641	8.980
Ativo Financeiro da Concessão	10	881.599	776.881
Investimentos	11	3.890.088	1.519.321
Imobilizado	12	4.950.286	5.137.692
Intangíveis	13	50.683	53.276
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.090.554	7.761.437
TOTAL DO ATIVO		11.420.368	10.475.039

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/09/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.937.541	455.244
Debêntures	16	648.254	630.720
Fornecedores	14	320.462	214.240
Impostos, Taxas e Contribuições	15a	75.795	84.552
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		530.000	905.687
Salários e Encargos Sociais		45.852	42.668
Encargos Regulatórios	17	55.812	25.177
Participações nos Lucros		40.744	32.049
Transações com Partes Relacionadas		28	29.968
Obrigações Pós-Emprego	18	33.828	31.295
Concessões a Pagar		20.356	19.534
Outras Obrigações		37.562	49.605
TOTAL DO CIRCULANTE		3.746.234	2.520.739
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.024.516	1.019.832
Debêntures	16	2.049.252	1.987.010
Provisões	19	64.798	56.624
Obrigações Pós-Emprego	18	542.473	523.948
Impostos, Taxas e Contribuições	15a	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8a	209.866	226.768
Encargos Regulatórios	17	45.586	77.262
Concessões a Pagar		147.000	145.490
Outras Obrigações		8.811	1.116
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.193.535	4.139.283
TOTAL DO PASSIVO		7.939.769	6.660.022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	20		
Capital Social		1.700.000	893.192
Reservas de Lucros		730.898	2.384.711
Ajustes de Avaliação Patrimonial		494.870	537.114
Lucros Acumulados		554.831	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.480.599	3.815.017
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.420.368	10.475.039

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	30/09/2014	30/09/2013
RECEITA	21	5.707.912	3.721.617
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	22		
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.277.766)	(903.049)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(200.542)	(188.072)
		<u>(1.478.308)</u>	<u>(1.091.121)</u>
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	22		
Pessoal e Administradores		(182.327)	(152.882)
Materiais		(9.566)	(4.119)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(203.342)	(51.812)
Serviços de Terceiros		(88.873)	(58.865)
Depreciação e Amortização		(216.064)	(214.538)
Provisões (Reversões) Operacionais		(30.888)	(8.520)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(91.452)	(90.168)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(48.011)	(80.696)
Outros custos de operação		(8.195)	(6.556)
		<u>(878.718)</u>	<u>(668.156)</u>
CUSTO TOTAL		(2.357.026)	(1.759.277)
LUCRO BRUTO		3.350.886	1.962.340
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(550)	253
Despesas Gerais e Administrativas		(94.052)	(167.509)
Perda na Alienação de Investimento		-	(94.080)
Outras Despesas Operacionais		(129.972)	(96.185)
		<u>(224.574)</u>	<u>(357.521)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	(327.284)	340.794
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		2.799.028	1.945.613
Receitas Financeiras	23	118.241	85.462
Despesas Financeiras	23	(429.117)	(365.704)
Resultado antes dos Impostos		2.488.152	1.665.371
Imposto de Renda e Contribuição Social	8b	(962.467)	(491.019)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	16.902	46.883
RESULTADO DO PERÍODO		1.542.587	1.221.235
Lucro Básico por ação		0,5325	0,4216
Lucro Diluído por ação		0,5325	0,4216

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Jul a Set/14	Jul a Set/13
RECEITA	21	1.177.646	1.245.485
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	22		
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(510.976)	(374.157)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(69.419)	(62.913)
		<u>(580.395)</u>	<u>(437.070)</u>
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	22		
Pessoal e Administradores		(61.666)	(50.428)
Materiais		(4.049)	(1.878)
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia		(77.709)	(95)
Serviços de Terceiros		(32.374)	(19.999)
Depreciação e Amortização		(77.838)	(70.804)
Provisões (Reversões) Operacionais		(23.267)	(594)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(24.678)	(30.305)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(10.919)	(37.117)
Outros custos de operação		(2.410)	(2.350)
		<u>(314.910)</u>	<u>(213.570)</u>
CUSTO TOTAL		(895.305)	(650.640)
LUCRO BRUTO		282.341	594.845
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		102	1.256
Despesas Gerais e Administrativas		(35.735)	(48.212)
Outras Despesas Operacionais		(59.162)	(34.400)
		<u>(94.795)</u>	<u>(81.356)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		(319.468)	224.344
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		(131.922)	737.833
Receitas Financeiras	23	36.515	39.081
Despesas Financeiras	23	(154.240)	(108.753)
Resultado antes dos Impostos		(249.647)	668.161
Imposto de Renda e Contribuição Social	8b	(17.199)	(152.403)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	(1.424)	16.087
RESULTADO DO PERÍODO		(268.270)	531.845
Lucro (Prejuízo) Básico por ação		(0,0926)	0,1836
Lucro (Prejuízo) Básico por ação		(0,0926)	0,1836

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	30/09/2014	30/09/2013
RESULTADO DO PERÍODO	1.542.587	1.221.235
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>1.542.587</u>	<u>1.221.235</u>

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	Jul a Set/14	Jul a Set/13
RESULTADO DO PERÍODO	(268.270)	531.845
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(268.270)</u>	<u>531.845</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	3.296.785	1.418.845	590.418	-	5.306.048
Resultado do período	-	-	-	1.221.235	1.221.235
Resultado abrangente do período	-	-	-	1.221.235	1.221.235
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(84.362)	84.362	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2013	3.296.785	1.418.845	506.056	1.305.597	6.527.283
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	893.192	2.384.711	537.114	-	3.815.017
Resultado do período	-	-	-	1.542.587	1.542.587
Resultado abrangente do período	-	-	-	1.542.587	1.542.587
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(42.244)	42.244	-
Aumento de Capital	806.808	(806.808)	-	-	-
Pagamento de Dividendos (R\$0,29/ação)	-	(847.005)	-	-	(847.005)
Pagamento de Dividendos Intermediários (R\$0,36/ação)	-	-	-	(1.030.000)	(1.030.000)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014	1.700.000	730.898	494.870	554.831	3.480.599

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	30/09/2014	30/09/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	1.542.587	1.221.235
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	218.363	215.971
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	17.163	1.477
Perdas na Alienação de Investimentos	-	94.080
Equivalência Patrimonial	327.284	(340.794)
Juros e Variações Monetárias	385.274	306.663
Imposto de Renda e Contribuição Social	945.565	444.136
Provisões para Perdas Operacionais	(31.877)	8.267
Obrigações Pós-Emprego	53.133	44.320
	3.457.492	1.995.355
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	113.157	(87.500)
Tributos Compensáveis	121.078	(6.218)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(38.846)	56.236
Transporte de Energia	(9.254)	38.086
Depósito Judiciais	(17.456)	(6.116)
Dividendos Recebidos	8.262	183.486
Ativo Financeiro	3.593	288.031
Outros	(36.170)	(5.706)
	144.364	460.299
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	106.222	8.223
Tributos e Contribuição Social	(8.757)	(4.242)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	35.002	(70.585)
Salários e Contribuições Sociais	3.184	(3.309)
Encargos Regulatórios	(1.041)	51.681
Obrigações Pós-Emprego	(32.075)	(29.572)
Participação nos Lucros	8.695	22.336
Outros	(54.670)	29.961
	56.560	4.493
Caixa Gerado nas Operações	3.658.416	2.460.147
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(997.469)	(420.435)
Juros Pagos	(254.525)	(256.484)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.406.422	1.783.228
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Investimentos	(1.591.898)	(260.435)
Aporte	(1.124.279)	-
Ganho na Alienação de Investimentos	-	71.429
No Imobilizado	(41.803)	(1.938)
No Intangível	(3.037)	(11.001)
No Ativo Financeiro	(48.011)	(80.696)
Em Títulos e Valores Mobiliários	491.924	(230.829)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.317.104)	(513.470)

	30/09/2014	30/09/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	1.918.769	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(2.252.692)	(226.501)
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(482.761)	(584.557)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(816.684)	(811.058)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(727.366)	458.700
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	1.107.174	509.152
No fim do exercício	379.808	967.852
	(727.366)	458.700

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	30/09/2014		30/09/2013	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	6.587.236		4.493.958	
Receita de Construção	48.011		80.696	
Investimentos em Imobilizado	27.384		18.397	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(550)		253	
Receita na Alienação de Investimentos	-		71.429	
Receita de Indenização da Transmissão	63.315		-	
	6.725.396		4.664.733	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.363.969)		(977.694)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(215.018)		(204.349)	
Serviços de Terceiros	(142.621)		(135.427)	
Materiais	(11.459)		(63.408)	
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia	(256.338)		(51.812)	
Outros Custos Operacionais:				
Custo na Alienação de Investimentos	-		(165.509)	
Concessão Onerosa	(17.002)		(15.906)	
Outros	(59.805)		(24.860)	
	(2.066.212)		(1.638.965)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.659.184		3.025.768	
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(218.363)		(215.971)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	4.440.821		2.809.797	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(327.284)		340.794	
Receitas Financeiras	118.241		85.462	
	(209.043)		426.256	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.231.778		3.236.053	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	264.075	6,24	290.548	8,98
Remuneração direta	176.988	4,18	183.723	5,68
Benefícios	74.920	1,77	66.027	2,04
FGTS	12.118	0,29	10.898	0,34
Programas de Desligamento de Empregados	49	0,00	29.900	0,92
Impostos, Taxas e Contribuições	1.980.862	46,81	1.344.664	41,55
Federais	1.590.769	37,59	1.007.873	31,14
Estaduais	388.679	9,19	336.138	10,39
Municipais	1.414	0,03	653	0,02
Remuneração de Capitais de Terceiros	444.254	10,50	379.606	11,73
Juros	429.117	10,14	365.704	11,30
Aluguéis	15.137	0,36	13.902	0,43
Remuneração de Capitais Próprios	1.542.587	36,45	1.221.235	37,74
Lucros Acumulados	1.542.587	36,45	1.221.235	37,74
	4.231.778	100,00	3.236.053	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 53 Usinas, sendo 49 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 30 de setembro de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$2.416.420. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos, em conformidade a estratégia de captação de recursos da Companhia, onde são consideradas as condições presentes e as expectativas futuras de mercado para a definição dos montantes de recursos a serem obtidos e também do prazo de vencimento dessas novas captações. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva e aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2014.

Em 12 de novembro de 2014, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2. Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2013 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2014, está relacionada a seguir:

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2013	30/09/2014	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	27	Segmentos Operacionais
5	3	Caixa e Equivalentes De Caixa
6	4	Títulos e Valores Mobiliários
7	5	Consumidores e Revendedores
8	6	Tributos e Contribuições Compensáveis
9	7	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígios
12	10	Ativos Financeiros da Concessão
13	11	Investimentos
14	12	Imobilizado
15	13	Intangíveis
16	14	Fornecedores
17	15	Impostos, Taxas e Contribuições
18	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
19	17	Encargos Regulatórios
20	18	Obrigações Pós-Emprego
21	19	Provisões
22	20	Patrimônio Líquido
23	21	Receita
24	22	Custos e Despesas Operacionais
25	23	Receitas e Despesas Financeiras
26	24	Transações com Partes Relacionadas
27	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
28	26	Mensuração Pelo Valor Justo
31	28	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2013 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias, pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões, autorizações e os Efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012
29	Seguros
30	Obrigações Contratuais

2.3. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2014

IFRIC 21 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

IAS 36 – Impairment de ativos (CPC 01) – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

IAS 39 – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “*hedge accounting*” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. A Administração não identificou impactos decorrentes desta nova norma.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Companhia analisou os impactos dessas alterações nas suas demonstrações financeiras, e não foi identificado nenhum impacto relevante sobre estas informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2014	31/12/2013
Contas Bancárias	4.384	7.113
Aplicações Financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários	340.038	974.153
Overnight	28.477	125.908
Outros	6.909	-
	375.424	1.100.061
	379.808	1.107.174

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) e as Operações Compromissadas pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 80% a 109,6% conforme operação.

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras do fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desse Fundo ficar alocada em operações de overnight que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, na contratação.

	30/09/2014	31/12/2013
Certificados de depósitos bancários	20.227	124.488
Letras Financeiras – Bancos	38.863	327.995
Letras Financeiras do Tesouro	15.333	20.888
Debêntures	14.196	94.182
Outros	1.063	14.053
	89.682	581.606
Ativo Circulante	88.283	531.993
Ativo Não Circulante	1.399	49.613

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas, está apresentada na Nota Explicativa nº 25.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/09/2014	31/12/2013
Industrial	309.529	31.032	11.039	351.600	243.286
Comércio, Serviços e Outras	4.912	-	-	4.912	4.765
Suprimento a Outras Concessionárias	144.600	21.446	1.680	167.726	223.296
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	40.768	-	168	40.936	206.984
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(5.048)	(5.048)	(4.498)
	499.809	52.478	7.839	560.126	673.833

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	30/09/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	4.498	6.633
Constituições (Reversões)	550	(253)
Baixas	-	(1.882)
Saldo no final do período	5.048	4.498

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	30/09/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS a Recuperar	39.753	24.425
COFINS	5.149	137.392
PASEP	1.095	19.770
Outros	2.954	1.962
	48.951	183.549
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	44.428	29.380
COFINS	7.607	8.863
PASEP	1.637	1.909
	53.672	40.152
	102.623	223.701

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2014.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	30/09/2014	31/12/2013
Circulante		
Imposto de Renda	82.244	50.986
Contribuição Social	24.488	16.900
	106.732	67.886

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	30/09/2014	31/12/2013
ATIVO		
Obrigações Pós-Emprego	134.284	126.762
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.716	1.529
Concessão onerosa	61.070	62.714
Tributos Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308
Provisões	24.804	19.252
Outros	14.559	10.785
	261.741	246.350
PASSIVO		
Custo Atribuído	(287.552)	(307.425)
Ajuste a Valor Presente de Concessão Onerosa	(77.798)	(80.817)
Ganho na Indenização sobre ativos de transmissão	(106.064)	(84.537)
Outros	(193)	(339)
	(471.607)	(473.118)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(209.866)	(226.768)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(226.768)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	16.902
Saldo em 30 de setembro de 2014	(209.866)

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/09/2014	30/09/2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.488.152	1.665.371
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(845.972)	(566.226)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	15.191	9.013
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	(111.276)	115.870
Multas Indedutíveis	(117)	(2.952)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.698)	(2.027)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	9	1.013
Outros	298	1.173
Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva	(945.565)	(444.136)
Imposto Corrente	(962.467)	(491.019)
Imposto Diferido	16.902	46.883
	(945.565)	(444.136)
Alíquota Efetiva	38,00%	26,67%

	Jul a Set/2014	Jul a Set/2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(249.647)	668.161
Imposto de Renda e Contribuição Social – Benefício (Despesa Nominal Esperada)	84.880	(227.175)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	6.818	4.187
Resultado de Equivalência Patrimonial	(108.618)	76.277
Juros S/ Capital Próprio – Revertido (1)	-	12.304
Juros sobre Capital Próprio – Recebido de Investidas		
Multas Indedutíveis	(13)	(942)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.799)	(1.046)
Ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício Anterior	-	(408)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	7	(67)
Outros	102	554
Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva	(18.623)	(136.316)
Imposto Corrente	(17.199)	(152.403)
Imposto Diferido	(1.424)	16.087
	(18.623)	(136.316)
Alíquota Efetiva	17,46%	20,40%

(1) Refere-se a efeito tributário sobre JCP revertido

Medida Provisória nº 627/13

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que deve ser manifestada em novembro de 2014, podendo ser alterada em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

Em análise preliminar, a Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	30/09/2014	31/12/2013
Trabalhista	57.506	43.943
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	8.014	8.014
PASEP/COFINS (1)	101.233	101.233
Outros	5.570	4.625
	114.817	113.872
Outros		
Bloqueio Judicial	162	191
Regulatórios	1.869	1.271
Outros	2.775	396
	4.806	1.858
	177.129	159.673

(1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15.

10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e suas controladas e a ANEEL.

Dos valores registrados nessa rubrica, R\$596.903 referem-se à indenização prevista para os ativos de transmissão relativos ao contrato de concessão 006/97, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em cumprimento à Portaria nº 267/13, realizou os estudos para a definição do Valor Novo de Reposição (VNR) relativo aos ativos considerados não depreciados, existentes em 31 de dezembro 2012, da concessão de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo art. 17, § 5º, da Lei nº 9.074/95 e definiu a regra e o prazo para o envio, pelas concessionárias de transmissão, das informações necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis existentes não depreciados até 31 de dezembro de 2012.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589/13, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. A Companhia entregou o seu Laudo de Avaliação em 31 de julho de 2014 e a Agência não se manifestou no prazo de trinta dias, contados a partir da data de protocolo. A ANEEL terá cento e vinte dias para validar as informações, com consequente aferição do valor indenizável.

Adicionalmente, a Companhia reverteu, em 2014, provisão registrada em 2012, no valor de R\$63.315, referente aos investimentos em transmissão realizados a partir de

maio de 2012 e que não haviam sido incluídos como indenizáveis pela Companhia em 2012 em função da adesão à Lei nº 12.783/13. A Companhia entende que os investimentos mencionados serão indenizados no Laudo de Avaliação entregue em 31 de julho de 2014, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 589/13, artigo 4º, parágrafo 2º.

Caberá ao Ministério de Minas e Energia definir as diretrizes complementares com relação à forma e prazo de pagamento dos valores de que trata a referida Portaria.

O saldo restante relativo às concessões de transmissões refere-se a investimentos que serão remunerados através de receita permitida, conforme estabelecido pela ANEEL através de autorizações específicas.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	30/09/2014	31/12/2013
Contrato 006/97 - Indenização a Receber	596.903	533.588
Contrato 006/97 - Ativos Remunerados por Tarifa	246.014	200.586
Contrato 079/00 - Ativos Remunerados por Tarifa	43.264	44.961
	886.181	779.135
Circulante	4.582	2.254
Não Circulante	881.599	776.881

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	2014
Saldo em 31 de dezembro de 2013	779.135
Adição	48.011
Recebimentos	(3.593)
Reversão de Provisão para Indenização Transmissora	63.315
Transferências	(375)
Baixas	(312)
Saldo em 30 de setembro de 2014	886.181

11. INVESTIMENTOS

	30/09/2014	31/12/2013
Hidrelétrica Cachoeirão	36.767	33.922
Guanhães Energia	67.428	67.428
Hidrelétrica Pipoca	28.328	25.069
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	603.089	642.585
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	653.978	-
Lightger	40.002	40.076
Baguari Energia	193.617	199.411
Central Eólica Praias Parajuru	62.305	61.201
Central Eólica Volta do Rio	81.452	77.884
Central Eólica Praias de Morgado	62.074	60.948
Amazônia Energia	356.816	310.797
Aliança	3.323	-
Retiro Baixo	150.837	-
Renova	1.550.072	-
	3.890.088	1.519.321

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Estes ativos estão apresentados em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte

Sociedades	31/12/2013	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Outros	30/09/2014
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	5.985	-	(3.140)	-	36.767
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	25.069	4.366	-	(1.107)	-	28.328
Madeira Energia	642.585	(199.496)	160.000	-	-	603.089
Baguari Energia	199.411	6.473	-	(12.277)	10	193.617
Central Eólica Praias Parajuru	61.201	1.598	-	(494)	-	62.305
Central Eólica Volta do Rio	77.884	3.567	-	-	1	81.452
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	1.125	-	-	1	62.074
Lightger	40.076	1.046	-	(1.120)	-	40.002
Amazônia Energia	310.797	(3.129)	49.148	-	-	356.816
Aliança	-	-	3.323	-	-	3.323
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	-	(148.819)	802.797	-	-	653.978
Retiro Baixo	-	-	150.837	-	-	150.837
Renova	-	-	810.129	-	739.943	1.550.072
Chipley	-	-	739.943	-	(739.943)	-
	1.519.321	(327.284)	2.716.177	(18.138)	12	3.890.088

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	75.035	49,00	35.000	69.228
Guanhães Energia	137.607.800	49,00	137.608	137.608	49,00	52.000	137.608
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	57.813	49,00	41.360	51.162
Madeira Energia	7.146.671.724	17,76	8.346.672	7.078.080	10,00	6.746.672	6.425.851
Baguari Energia	26.157.300	69,39	261.573	279.036	69,39	10	287.380
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	127.153	49,00	70.560	124.900
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	166.228	49,00	117.230	158.947
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	126.682	49,00	52.960	124.384
Lightger	79.232.000	49,00	79.232	81.638	49,00	79.232	81.787
Amazônia Energia	493.639.000	74,50	493.639	478.947	74,50	427.669	417.177

Sociedades	Quantidade de Ações	Janeiro a setembro de 2014		Janeiro a setembro de 2013	
		Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	6.408	12.215	10.163	12.125
Guanhães Energia	137.607.800	-	-	-	309
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	2.259	6.780	4.553	6.622
Madeira Energia	7.146.671.724	-	(1.994.954)	-	(59.758)
Baguari Energia	26.157.300	17.693	9.349	-	13.054
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	1.008	5.597	-	(1.863)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	-	8.826	-	1.694
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	-	5.443	-	(3.782)
Lightger	79.232.000	2.286	2.148	784	6.653
Amazônia Energia	493.639.000	-	(4.178)	-	(3.303)

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de setembro de 2014, R\$20.368.698 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 30 de setembro de 2014, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$3.617.480. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e, em 30 de setembro de 2014, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$1.178.781. O efeito proporcional na Companhia é de R\$209.352. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo.

Neste sentido, a MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A contam com os aportes de recursos diretos e indiretos a serem efetuados pelos seus acionistas, dos quais R\$1.600.000 foram aportados no período de janeiro a setembro de 2014 (R\$160.000 recursos diretos e R\$ 105.002 recursos indiretos pela Companhia), bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada no montante de R\$1.190.000.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

A Companhia reconheceu resultado de equivalência patrimonial negativo relativo às suas participações diretas e indiretas na MESA, no montante de R\$348.315 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 (R\$328.929 no trimestre findo em 30 de setembro de 2014), substancialmente relacionado ao reconhecimento em 2014, pela MESA, de despesas relacionadas à: (i) compra de energia no mercado de curto prazo – CCEE; (ii) alocação do GSF (*Generation Scaling Factor* - Fator de ajuste de geração), e (iii) FID – Fator de Disponibilidade.

Aumento de participação mediante aquisição de participação indireta via Fundo de Investimento em Participações Melbourne (“FIP Melbourne”)

No dia 06 de junho de 2014 foram alienadas, pela Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”), ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas (“Operação”), correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”), para o FIP Melbourne, administrado pelo Banco Modal, do qual a Cemig GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações (“Fundos”) e sociedade de propósito específico (“SPE” e, em conjunto com os Fundos, “Estrutura de Investimento”).

A Cemig GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% capital social votante da SPE, preservando a natureza privada da Estrutura de Investimento.

A SAAG detém 12,4% do capital social total da MESA.

O valor da operação foi dividido em duas parcelas, tendo sido a primeira parcela, equivalente a 81% do valor total, no montante de R\$734.000, quitada em 06 de junho de 2014 e o restante, em 25 de agosto de 2014, no montante de R\$87.526.

Com a conclusão da operação a Cemig GT passou a deter uma participação indireta de 7,76% na MESA. O valor da consideração transferida relativa à participação indireta adquirida correspondeu a R\$697.796.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo como base a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data de aquisição até junho de 2043, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na usina de Santo Antônio, através do FIP Melbourne, classificados no balanço patrimonial como investimento com influência significativa:

	Valores justos das participações adquiridas (7,76%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	38.069
Contas a receber	155.139
Ativo Imobilizado	1.531.072
Ativo intangível	274.323
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(1.212.850)
Impostos diferidos	(87.957)
Total dos ativos líquidos	697.796

Na data da aquisição, o valor contábil da participação adquirida era de R\$527.055. Adicionalmente ao valor pago de R\$697.796 para compra de 7,76% da MESA, a Cemig GT realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na Estrutura de Investimento, no montante de R\$105.001, no terceiro trimestre de 2014.

Opções de venda oferecidas às entidades de previdência complementar

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Com base nos estudos realizados, a Cemig GT registrou obrigações de R\$8.156 nestas Informações Contábeis Intermediárias decorrentes da melhor estimativa de perda dessas opções.

Investimento na Amazônia Energia S.A. (NESA)

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/2010 com a União através do Ministério de Minas e Energia - MME, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Celebração de Acordo de Investimento na Renova

A Cemig GT celebrou, em 2013, Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”). O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização de novas ações da Renova, pelo valor de

emissão de R\$0,016227 por ação ordinária, sendo a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT, direta ou indiretamente, no valor de R\$1.414.733, atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012 até a data do efetivo aumento de capital.

Constou ainda do Acordo de Investimento a estruturação da Chipley, com participação da Cemig GT e do Grupo Renova, para efetuar a aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH S.A. (“CCVA Brasil PCH”), firmado com a Petrobras, em 14 de junho 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações ordinárias da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação de aquisição da Brasil PCH foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943. O aporte de recursos na Chipley para a conclusão da operação foi viabilizado através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado integralmente pela Cemig GT.

Conforme previsto no Acordo de Investimentos, a integralização de ações da Renova, a ser realizada direta ou indiretamente pela Cemig GT, foi realizada mediante a cessão integral à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela Cemig GT na Chipley, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Cemig GT realizou ainda, em 31 de março de 2014, um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Renova, no valor de R\$810.129, complementando assim o valor previsto no Acordo de Investimentos para aumento de capital da Renova, devidamente corrigido.

Dessa forma, a obrigação de investimento na Renova no valor de R\$1.414.733, valores em 31 de dezembro de 2012, foi atendida pelo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Renova em 31 de março de 2014 e através da cessão pela Cemig GT à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Chipley.

Estes recursos, no montante de R\$1.550.072, foram integralizados em 29 de setembro de 2014, quando foi celebrado novo Acordo de Acionistas no qual Cemig GT, RR e Light Energia passam a fazer parte do bloco de controle da Renova. Após a data de encerramento do direito de preferência dos demais acionistas da Renova, em 27 de outubro de 2014, ocorreu a homologação do aumento de capital pelo Conselho de Administração da Renova, conforme detalhado na nota explicativa 28.

O processo de alocação do preço de aquisição, incluindo a identificação e mensuração de ativos adquiridos e passivos assumidos encontra-se em andamento.

Aquisição de participação na Retiro Baixo Energética (“RBE”)

A Cemig Geração e Transmissão S/A, (“Cemig GT”) concluiu, em 5 de setembro de 2014, a aquisição de 49,9% de participação de participação no capital total da Retiro Baixo Energética S.A (“RBE”). A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no baixo curso do rio Paraopeba (MG), que possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios.

O valor da consideração transferida relativa à participação indireta adquirida correspondeu a R\$150.837.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data da aquisição de outubro de 2014 até dezembro de 2041, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Retiro Baixo Energética S.A.:

	Valores justos das participações adquiridas (49,9%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	2.323
Contas a receber	3.419
Títulos e Valores Mobiliários	3.553
Ativo Imobilizado	192.726
Ativo Intangível	48.760
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(83.365)
Impostos diferidos	(16.579)
Total dos ativos líquidos	150.837

Na data da aquisição o valor contábil da participação adquirida era de R\$118.656.

12. IMOBILIZADO

	30/09/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em Serviço	16.474.197	(11.748.949)	4.725.248	16.471.433	(11.541.901)	4.929.532
Terrenos	375.841	(8.008)	367.833	375.841	(4.405)	371.436
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.166.711	(5.079.734)	2.086.977	7.166.760	(4.988.691)	2.178.069
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.069.483	(1.510.359)	559.124	2.068.976	(1.495.119)	573.857
Máquinas e Equipamentos	6.821.181	(5.120.998)	1.700.183	6.818.298	(5.025.349)	1.792.949
Veículos	28.814	(18.911)	9.903	29.423	(17.477)	11.946
Móveis e Utensílios	12.167	(10.939)	1.228	12.135	(10.860)	1.275
Em Curso	225.038	-	225.038	208.160	-	208.160
Ativos em Formação	225.038	-	225.038	208.160	-	208.160
Imobilizado Líquido	16.699.235	(11.748.949)	4.950.286	16.679.593	(11.541.901)	5.137.692

A taxa de depreciação média anual é de 2,89%, considerando as taxas determinadas na Resolução ANEEL nº 474/12 e as determinações do Decreto nº 2003/96.

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Capitalização/ Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2014
Em Serviço	4.929.532	-	6.989	(1.584)	(209.689)	4.725.248
Terrenos	371.436	-	-	-	(3.603)	367.833
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.178.069	-	(57)	-	(91.035)	2.086.977
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	573.857	-	776	-	(15.509)	559.124
Máquinas e Equipamentos	1.792.949	-	6.185	(1.556)	(97.395)	1.700.183
Veículos	11.946	-	2	(26)	(2.019)	9.903
Móveis e Utensílios	1.275	-	83	(2)	(128)	1.228
Em Curso	208.160	41.803	(6.677)	(18.248)	-	225.038
Imobilizado Líquido	5.137.692	41.803	312	(19.832)	(209.689)	4.950.286

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Intangível e Atividade Não Vinculada à Concessão, conforme Despacho ANEEL nº 3.467/08. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/09/2014	2013
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	4,97	38.917	38.826
Usina Igarapava	14,50	2,48	58.638	58.295
Usina de Funil	49,00	3,53	183.446	183.229
Usina de Queimado	82,50	3,98	212.531	212.531
Usina de Aimorés	49,00	3,74	552.350	552.204
Depreciação acumulada			(285.795)	(256.009)
Total em operação			760.087	789.076
Em curso				
Usina de Queimado	82,50		1.645	1.626
Usina de Funil	49,00		-	205
Usina de Aimorés	49,00		-	147
Usina Igarapava	14,50		25	358
Usina Porto Estrela	33,33		-	89
Total em construção			1.670	2.425

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	Vale S.A.	48,43
	Epícares Empreendimentos e Participações LTDA	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

Renovação da concessão da Usina de Jaguará

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia (MME), através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), contra ato do MME onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424 MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no STJ, contra decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

Em 14 de maio de 2014, o STJ iniciou o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. O julgamento foi suspenso em razão do pedido de vista por um dos ministros, terminando a sessão com empate, dois votos favoráveis e três contrários ao pedido de prorrogação da Cemig GT.

O STJ retomou o julgamento em 10 de setembro de 2014, que foi novamente suspenso, em razão do pedido de vista por um dos ministros.

A liminar concedida para que a Cemig GT permanecesse no controle de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, continua vigente até o julgamento do processo, para o qual não há previsão de retomada.

A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

Renovação da concessão da Usina de São Simão

Em 03 de junho de 2014, a companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da usina de São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da Aneel decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia - MME que seja negada a renovação da Concessão da usina de São Simão por entender que a Cemig não realizou o pedido de prorrogação dentro do prazo estabelecido pela Lei nº 12.783/13.

Por meio do Despacho do MME (s/nº) publicado em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão.

Em 10 de setembro de 2014, a CEMIG GT apresentou, junto ao MME, Recurso Administrativo em face da decisão do Sr. Ministro de Minas e Energia, que ainda se encontra pendente de julgamento pelo Poder Concedente.

A Companhia entende que tem direito à prorrogação da concessão da usina de São Simão, cujo prazo de vencimento é janeiro de 2015, conforme cláusulas estabelecidas no contrato de concessão e no Art. 19 da Lei nº 9.074/1995.

13. INTANGÍVEIS

	30/09/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	99.289	(57.335)	41.954	97.280	(51.871)	45.409
Servidão	13.467	(1.797)	11.670	13.405	(1.318)	12.087
Concessão Onerosa	34.649	(13.884)	20.765	34.649	(11.264)	23.385
Outros	51.173	(41.654)	9.519	49.226	(39.289)	9.937
Em Curso	8.729	-	8.729	7.867	-	7.867
Ativos em formação	8.729	-	8.729	7.867	-	7.867
Intangível Líquido	108.018	(57.335)	50.683	105.147	(51.871)	53.276

A taxa de amortização média anual é de 12%, considerando as taxas determinadas na Resolução ANEEL nº 474/12 e as determinações do Decreto nº 2003/96.

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	31/12/2013	Adição	Amortização	Capitalização/ Transferência	30/09/2014
Em Serviço	45.409	-	(5.693)	2.238	41.954
Servidão	12.087	-	(479)	62	11.670
Concessão Onerosa	23.385	-	(2.620)	-	20.765
Outros	9.937	-	(2.594)	2.176	9.519
Em Curso	7.867	3.037	-	(2.175)	8.729
Ativos em formação	7.867	3.037	-	(2.175)	8.729
Total	53.276	3.037	(5.693)	63	50.683

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

14. FORNECEDORES

	30/09/2014	31/12/2013
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	271.711	161.708
Materiais e Serviços	48.751	52.845
	320.462	214.553
Circulante	320.462	214.240
Não Circulante (*)	-	313

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial como outros passivos não circulantes

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	30/09/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS	41.702	38.441
PASEP	4.217	6.427
COFINS	19.421	29.613
INSS	3.552	4.365
ISSQN	687	1.015
Outros	6.216	4.691
	75.795	84.552
Não Circulante		
PASEP	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175
	101.233	101.233
	177.028	185.785

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	30/09/2014						31/12/2013
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2024	1,78	EURO	45	10.096	10.141	-
Dívida em Moeda Estrangeira				45	10.096	10.141	-
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10 do CDI	R\$	463.359	480.000	943.359	915.693
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.898	82.666	90.564	96.303
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	500
Nota Promissória	2015	106,85 do CDI	R\$	1.441.425	-	1.441.425	-
FINEP	2018	TJLP + 5,00 E TJLP +8	R\$	3.921	9.406	13.327	13.271
Banco do Brasil S.A.	2017	108,0 do CDI	R\$	20.708	442.348	463.056	449.124
Consórcio Pipoca (3)	2014	IPCA	R\$	185	-	185	185
Dívida em Moeda Nacional				1.937.496	1.014.420	2.951.916	1.475.076
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.937.541	1.024.516	2.962.057	1.475.076
Debêntures							
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (2)	2031	IGP-M	R\$	-	63.210	63.210	59.352
Debêntures (1) – 2ª série - 2ª Emissão	2015	IPCA + 7,68	R\$	532.888	-	532.888	1.024.686
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90	R\$	33.869	479.933	513.802	518.318
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00	R\$	8.428	231.301	239.729	233.127
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20	R\$	29.179	774.808	803.987	782.247
Debêntures (1) – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85	R\$	43.890	500.000	543.890	-
Total de Debêntures				648.254	2.049.252	2.697.506	2.617.730
Total Geral Consolidado				2.585.795	3.073.768	5.659.563	4.092.806

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

(3) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Indexadores									
IGP-M (1)	-	-	-	-	-	-	-	63.210	63.210
IPCA (2)	64.850	505.769	-	-	115.579	115.640	255.724	519.228	1.576.790
CDI (3)	603.287	1.667.401	1.007.401	627.443	-	-	-	-	3.905.532
TJLP (4)	3.447	11.063	10.765	10.766	9.982	7.631	7.631	42.605	103.890
EURO	45	531	1.063	1.062	1.063	1.063	1.063	4.251	10.141
Total	671.629	2.184.764	1.019.229	639.271	126.624	124.334	264.418	629.294	5.659.563

(1) Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M

(2) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(3) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(4) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda - variação %	30/09/2014	30/09/2013	Indexador - variação %	30/09/2014	30/09/2013
EURO	(4,06)	11,97	IGP-M	1,76	3,69
			IPCA	4,61	3,79
			CDI	7,83	5,62

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.092.806
Financiamentos Obtidos	1.918.769
Variação monetária e cambial	71.599
Encargos financeiros provisionados	313.675
Encargos Financeiros Pagos	(254.525)
Amortização de financiamentos	(482.761)
Saldo em 30 de setembro de 2014	5.659.563

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no período de janeiro a setembro de 2014.

Captações de Recursos

As captações de recursos durante o período de janeiro a setembro de 2014 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
KFW	2024	1,78	9.916
Total em Moeda Estrangeira			9.916
Moeda Nacional			
Debêntures – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85	505.368
FINEP	2018	TJLP + 8,00	3.485
5ª Emissão - Nota Promissória	2015	106,85 do CDI	1.400.000
Total em Moeda Nacional			1.908.853
Total de Captações			1.918.769

Em janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, qual seja, 23 de dezembro de 2013, totalizando R\$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de vencimento de 3 anos a contar da data de emissão, em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de

Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação da Cemig GT, conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em junho de 2014, a Companhia concluiu a 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000 na data de emissão, qual seja, 27 de junho de 2014, totalizando R\$1.400.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano pela Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 22 de junho de 2015, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 106,85% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Garantias

Em 30 de setembro de 2014 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	30/09/2014
Nota Promissória e Aval	5.039.998
Recebíveis	13.326
Sem Garantia	606.239
TOTAL	5.659.563

Debêntures

As Debêntures de emissão da Cemig Geração e Transmissão, em 30 de setembro de 2014, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos	Covenants Financeiros	Saldo em 30/09/2014	Saldo em 31/12/2013
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO Gov. Estado MG (1)	Simple não Conversíveis	2031	Não há	IGP-M	Não há	63.210	59.352
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) 2ª série – 2ª Emissão	Simple não Conversíveis	2015	Não há	IPCA + 7,68	Não há	532.888	1.024.686
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) 1ª série – 3ª Emissão	Simple não Conversíveis	2017	Quirografária	CDI + 0,90%	Não há	513.802	518.318
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) 2ª série – 3ª Emissão	Simple não Conversíveis	2019	Quirografária	IPCA + 6,0%	Não há	239.729	233.127
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) 3ª série – 3ª Emissão	Simple não Conversíveis	2022	Quirografária	IPCA + 6,2%	Não há	803.987	782.247
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) – 4ª Emissão	Simple não Conversíveis	2016	Quirografária	CDI + 0,85	Não há	543.890	-
TOTAL						2.697.506	2.617.730

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenants”) atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/09/2014	31/12/2013
Reserva Global de Reversão - RGR	17.728	24.650
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.333	2.014
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.067	1.473
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	5.102	5.109
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.002	3.673
Pesquisa e Desenvolvimento	68.526	63.600
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.640	1.920
	101.398	102.439
Passivo Circulante	55.812	25.177
Passivo Não Circulante	45.586	77.262

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	182.791	225.949	6.425	140.078	555.243
Despesa (Receita) reconhecida no resultado	17.016	22.034	627	13.456	53.133
Contribuições Pagas	(18.083)	(11.454)	(350)	(2.188)	(32.075)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2014	181.724	236.529	6.702	151.346	576.301
Passivo Circulante 30 de setembro de 2014					33.828
Passivo Não Circulante 30 de setembro de 2014					542.473

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 30/09/2014
Trabalhistas	21.047	5.541	(1.415)	(1.306)	23.867
Cíveis	20	90	(20)	-	90
Tributárias	13.180	16.326	-	(12.802)	16.704
Ambientais	860	-	(832)	-	28
Regulatórias	2	9	-	-	11
Outras	21.515	3.321	(288)	(450)	24.098
Total	56.624	25.287	(2.555)	(14.558)	64.798

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$76.687 (R\$59.495 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$23.867 (R\$21.047 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$32.723 (R\$49.654 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$16.704 (R\$13.180 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$3.095 (R\$2.773 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$28 (R\$860 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O valor provisionado foi de R\$22.810 (R\$20.020 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$47.412 (R\$9.952 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$1.390 foram provisionados (R\$1.517 em 31 de dezembro de 2013). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$55.116 (R\$51.578 em 31 de dezembro de 2013).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas no período de janeiro de 2007 a março de 2011: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$192.380 (R\$104.742 em 31 de dezembro de 2013). O aumento da contingência decorre de novos autos de infração emitidos pela Receita Federal do Brasil, notificados à Companhia em agosto de 2014, relativos ao período de janeiro de 2009 a março de 2011. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$55.491 (R\$51.917 em 31 de dezembro de 2013) e a probabilidade de perda foi classificada como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter adicionado ou ter deduzido, indevidamente, da base de cálculo da CSLL os valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$24.909. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter argumentos de mérito na defesa do referido auto.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$189.738 (R\$146.057 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$122.522 (R\$108.893 em 31 de dezembro de 2013). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$1.014.467 (R\$1.800.804 em 31 de dezembro de 2013), bem como reavaliou as probabilidades de riscos dessas contingências em R\$501.724 para perda possível e R\$512.743 para perda remota.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos, o que ensejará prova pericial para corroborar tais argumentos.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Itutinga, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras, Peti e Salto Grande, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos

municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$73.406 (R\$107.697 em 31 de dezembro de 2013).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de abril de 2014, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o aumento do Capital Social de R\$893.192 para R\$1.700.000, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$806.808, sendo R\$419.871 provenientes do saldo da Reserva Legal e R\$386.937 provenientes de parte da Reserva de Retenção de Lucros.

Dessa forma, em 30 de setembro de 2014, o Capital Social da Companhia é de R\$1.700.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/09/2014	30/09/2013
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	1.542.587	1.221.235
Lucro por ação (em R\$)	0,5325	0,4216

	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro (Prejuízo) do período	(268.270)	531.845
Lucro (Prejuízo) por ação (em R\$)	(0,0926)	0,1836

Dividendos Intermediários

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de junho de 2014, deliberou pagar dividendos intermediários, como antecipação aos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$1.030.000.

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/09/2014	30/09/2013
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	3.890.484	3.484.019
Receita de Transmissão – com impostos (b)	462.159	354.000
Receita de Construção (c)	48.011	80.696
Transações com energia na CCEE (e)	2.219.462	640.012
Receita de Indenização da Transmissão (d)	63.315	-
Outras receitas operacionais	15.131	15.928
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(990.650)	(853.038)
	5.707.912	3.721.617

	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.336.229	1.369.035
Receita de Transmissão – com impostos (b)	134.480	122.497
Receita de Construção (c)	10.919	37.117
Transações com energia na CCEE (e)	2.226	4.565
Outras receitas operacionais	3.436	5.224
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(309.644)	(292.953)
	1.177.646	1.245.485

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Industrial	15.586.460	13.517.710	2.372.220	1.906.681
Comercial	240.536	225.233	54.658	48.016
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	90.071	7.397
	15.826.996	13.742.943	2.516.949	1.962.094
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	10.164.570	11.973.572	1.373.535	1.521.925
	25.991.566	25.716.515	3.890.484	3.484.019

	MWh (*)		R\$	
	Jul a Set /14	Jul a Set /13	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Industrial	5.437.628	4.743.203	836.999	679.347
Comercial	78.883	73.422	18.058	15.785
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(13.299)	53.113
	5.516.511	4.816.625	841.758	748.245
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	3.029.329	4.105.497	494.471	620.790
	8.545.840	8.922.122	1.336.229	1.369.035

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

(**) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes

(b) Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão é composta da seguinte forma:

- Receita de Concessão de Transmissão, que inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão; e
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, decorrente dos ativos de transmissão pertencentes às unidades geradoras.

(c) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período.

(d) Receita de Indenização da Transmissão

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012 no valor de R\$63.315, referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado.

(e) Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/09/2014	30/09/2013
Tributos sobre a Receita		
ICMS	388.297	335.835
COFINS	395.768	308.316
PIS-PASEP	85.893	66.957
ISSQN	801	503
	870.759	711.611
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	29.596	76.508
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE / PROINFA	34.532	28.432
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	22.248	14.658
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	22.306	14.658
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	11.209	7.171
	119.891	141.427
	990.650	853.038

	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Tributos sobre a Receita		
ICMS	138.044	114.953
COFINS	112.736	112.432
PIS-PASEP	24.474	24.438
ISSQN	204	214
	275.458	252.037
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	9.565	17.845
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE / PROINFA	12.939	10.946
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	4.673	4.850
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	4.673	4.850
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.336	2.425
	34.186	40.916
	309.644	292.953

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2014	30/09/2013
Pessoal (a)	221.309	245.980
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	43.091	44.387
Obrigações Pós-Emprego	36.117	28.456
Materiais	11.459	7.571
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	203.342	51.812
Serviços de Terceiros (b)	108.977	99.659
Depreciação e Amortização	218.363	215.971
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	91.452	90.168
Provisões (Reversões) Operacionais	31.438	8.267
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	200.542	188.072
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.277.766	903.049
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	48.011	80.696
Perdas na Alienação da TBE (e)	-	94.080
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	89.733	58.630
	2.581.600	2.116.798

	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Pessoal (a)	73.906	70.919
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	12.978	16.905
Obrigações Pós-Emprego	12.039	9.485
Materiais	4.765	3.177
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	77.709	95
Serviços de Terceiros (b)	41.711	35.057
Depreciação e Amortização	78.634	71.433
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	24.678	30.305
Provisões Operacionais	23.165	(662)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	69.419	62.913
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	510.976	374.157
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	10.919	37.117
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	49.201	21.095
	990.100	731.996

a) Despesa com pessoal	30/09/2014	30/09/2013
Remunerações e Encargos	189.110	189.836
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	13.785	13.200
Benefícios Assistenciais	21.644	21.162
	224.539	224.198
(-) Custos com Pessoal Transferidos para o ativo	(3.635)	(5.138)
Provisão (Reversão) de Programa de Desligamento Voluntário de empregados	405	26.920
	221.309	245.980

a) Despesa com pessoal	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Remunerações e Encargos	61.182	61.876
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	4.420	4.233
Benefícios Assistenciais	7.245	6.883
	72.847	72.992
(-) Custos com Pessoal Transferidos para o ativo (reversão)	697	(2.271)
Provisão de Programa de Desligamento Voluntário de empregados	362	198
	73.906	70.919

b) Serviços de Terceiros	30/09/2014	30/09/2013
Comunicação	4.034	4.581
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	20.616	20.558
Conservação e Limpeza de Prédios	17.394	13.915
Mão de Obra Contratada	985	2.986
Fretes e Passagens	2.833	1.603
Hospedagem e Alimentação	3.920	2.397
Vigilância	9.612	9.527
Consultoria	2.219	4.012
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	4.591	1.762
Manutenção e Conservação de Veículos	3.126	2.149
Energia Elétrica	1.612	2.053
Meio Ambiente	15.938	14.416
Limpeza de Faixas	2.238	1.076
Serviços de Reprografia	956	1.083
Serviços advocatícios e Custas Processuais	3.548	5.266
Outros	15.355	12.275
	108.977	99.659

b) Serviços de Terceiros	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Comunicação	1.465	2.347
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	7.942	6.812
Conservação e Limpeza de Prédios	5.933	4.684
Mão de Obra Contratada	282	629
Fretes e Passagens	966	726
Hospedagem e Alimentação	1.355	1.044
Vigilância	3.496	4.731
Consultoria	700	1.324
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	3.034	704
Manutenção e Conservação de Veículos	992	746
Energia Elétrica	520	700
Meio Ambiente	6.235	4.815
Limpeza de Faixas	569	358
Serviços de Reprografia	405	352
Serviços advocatícios e Custas Processuais	899	861
Outros	6.918	4.224
	41.711	35.057

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/09/2014	30/09/2013
Energia de curto prazo - CCEE	100.458	65.861
Energia adquirida em ambiente livre	1.263.510	911.833
Créditos PASEP/COFINS	(86.202)	(74.645)
	1.277.766	903.049

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Energia de curto prazo	86.339	15.650
Energia adquirida em ambiente livre	465.309	394.651
Créditos PASEP/COFINS	(40.672)	(36.144)
	510.976	374.157

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	30/09/2014	30/09/2013
Pessoal	609	620
Materiais	22.140	55.541
Serviços de Terceiros	22.675	23.308
Outros	2.587	1.227
	48.011	80.696

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Pessoal	206	98
Materiais	4.931	32.200
Serviços de Terceiros	4.459	4.600
Outros	1.323	219
	10.919	37.117

e) Perdas na Alienação da TBE

Em 2013, a Companhia apresentou despesa com Perdas na Alienação da TBE no valor de R\$94.080. Este valor corresponde à baixa do investimento do grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela Cemig GT na TBE (49%) para a TAESA, em cumprimento ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, celebrado em 17 de maio de 2012.

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/09/2014	30/09/2013
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	93.549	69.869
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	9.083	3.711
Variação Monetária	6.928	2.041
Variações Cambiais	2	19
Outras	8.679	9.822
	118.241	85.462
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(314.069)	(226.122)
Variação Monetária – Forluz	(17.016)	(15.864)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(71.419)	(82.076)
Variações Cambiais	(190)	(29)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(8.133)	(15.715)
Variações Monetárias	(4.869)	(3.885)
Ajuste a Valor Presente	(8.881)	(1.556)
Outras	(4.540)	(20.457)
	(429.117)	(365.704)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(310.876)	(280.242)

	Jul a Set /14	Jul a Set /13
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	27.944	32.778
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	2.081	1.215
Variação Monetária	2.188	577
Ajuste a Valor Presente	-	2.468
Impostos Incidentes Sobre Receitas Financeiras	-	3.348
Outras	4.302	1.163
	36.515	41.549
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(139.143)	(81.806)
Variação Monetária – Forluz	(3.893)	(3.679)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(275)	(11.832)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	2.902	(8.230)
Variações Monetárias	(1.839)	(1.454)
Ajuste a Valor Presente	(9.967)	-
Outras	(2.025)	(4.220)
	(154.240)	(111.221)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(117.725)	(69.672)

Todas as variações expressivas nas contas de resultado são explicadas no comentário de desempenho, neste relatório.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)							(1.499)	
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	530.000	905.687	-	-	-	-
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	23.600	1.620	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	12.612	16.966	2.738	3.102	93.658	104.312	(26.569)	(27.540)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	13.002	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	204	530	132	132	6.752	15.073	-	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.543	1.436	-	-	(9.975)	(10.138)
Lightger								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(8.146)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.122	-	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(70.229)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	18.245	5.968	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Não Circulante								
Debêntures (3)	-	-	63.210	59.352	-	-	(3.858)	(4.690)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	14.254	12.998	-	-	(17.016)	(15.864)
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(13.785)	(13.199)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(3.766)	(3.787)
Arrendamento Operacional (7)	-	-	308	590	-	-	(3.367)	(5.269)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	167.469	169.793	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	16.625	15.312	-	-	(22.661)	(15.155)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	226.606	217.062	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

(1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;

- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão;
- (4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (5) Contribuições da Cemig Geração e Transmissão para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (7) Aluguel do edifício sede.
- (8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 5, 14, 16, 18, 21 e 22.

Aumento de participação em investimento

Foi alienada pela Andrade Gutierrez Participações S.A. a participação de 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. para um fundo de investimento em participações do qual a Cemig GT é investidora. Mais detalhes disponíveis na Nota Explicativa nº 11.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo – FIC Pampulha, da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros no fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados nos fundos estão contabilizados nas rubricas “Títulos de Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de setembro de 2014.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras correspondentes à participação da Cemig GT no fundo de investimento, em 30 de setembro de 2014, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig GT 4,74%
Guanhães	Debêntures	106,00% do CDI	20/10/2014	3.669
Axiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	510
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	2.573
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	491
Guanhães	Notas Promissórias	110,00% do CDI	11/10/2014	4.492
Cemig GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	976
				12.711

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente registrados e custeados pela controladora e estão demonstrados na tabela abaixo.

	30/09/2014	30/09/2013
Remuneração	6.418	6.087
Participação nos Resultados	1.775	1.722
Benefícios Pós Emprego	619	583
Benefícios Assistenciais	217	92
Total	9.029	8.484

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras Contas a Pagar e Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias.

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), Concessões a Pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,85%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a 6,00%, CDI + 0,65% a 0,90%, IGPM + 4,70% a 6,00% e taxa fixa entre 8,5% e 11,07%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos financeiros	30/09/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa - Bancos	4.384	4.384	7.113	7.113
Equivalentes de Caixa - Aplicações	375.424	375.424	1.100.061	1.100.061
Consumidores e Revendedores	560.126	560.126	673.833	673.833
Concessionários - Transporte de Energia	38.557	38.557	29.303	29.303
Ativos Financeiros da Concessão	886.181	886.181	779.135	779.135
	1.864.672	1.864.672	2.589.445	2.589.445
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Imobiliários	10.138	10.083	228.821	228.319
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	79.544	79.544	352.785	352.785
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	320.462	320.462	214.553	214.553
Concessões a Pagar	167.356	238.974	165.024	255.262
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.659.563	5.695.618	4.092.806	4.205.510
Dívida Pactuada com Forluz	181.724	181.724	182.791	182.791
	6.328.259	6.436.778	4.655.174	4.858.116

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio à cotação do Euro em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2014		31/12/2013	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Euro				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 16)</i>	3.276	10.141	-	-
Passivo Líquido Exposto	3.276	10.141		

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Euro em relação ao Real em 30 de setembro de 2015 será uma valorização de 1,97%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2014	Cenário	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Euro				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 16)</i>	(10.141)	(10.341)	(12.926)	(15.511)
Passivo Líquido Exposto	(10.141)	(10.341)	(12.926)	(15.511)
Efeito Líquido da Variação Cambial		(200)	(2.785)	(5.370)

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	30/09/2014	31/12/2013
Ativos		
Equivalentes de Caixa (nota 3)	375.424	1.100.061
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	89.682	581.606
Fundos Vinculados	57	4
	<u>465.163</u>	<u>1.681.671</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 16)	(3.905.532)	(1.883.635)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 16)	(103.890)	(109.576)
	<u>(4.009.422)</u>	<u>(1.993.211)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(3.544.259)</u>	<u>(311.540)</u>

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2015, as taxas SELIC e TJLP serão de 12% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	30/09/2014	30 de setembro 2015		
	Valor Contábil	Cenário I SELIC 12,00% TJLP 5%	Cenário SELIC 15,00% TJLP 6,25%	Cenário SELIC 18,00% TJLP 7,5%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 3)	375.424	420.475	431.738	443.000
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	89.682	100.444	103.134	105.825
Fundos Vinculados	57	64	66	67
	<u>465.163</u>	<u>520.983</u>	<u>534.938</u>	<u>548.892</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 16)	(3.905.532)	(4.374.196)	(4.491.362)	(4.608.528)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 16)	(103.890)	(109.085)	(110.383)	(111.682)
	<u>(4.009.422)</u>	<u>(4.483.281)</u>	<u>(4.601.745)</u>	<u>(4.720.210)</u>
Passivo Líquido Exposto		<u>(3.962.298)</u>	<u>(4.066.807)</u>	<u>(4.171.317)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(418.039)</u>	<u>(522.548)</u>	<u>(627.058)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA À ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	30/09/2014	31/12/2013
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(1.576.790)	(2.040.243)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 16)	(63.210)	(59.352)
(-) Ativos Financeiros da Concessão	596.903	533.588
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.043.097)</u>	<u>(1.566.007)</u>

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2015, as taxas IPCA e IGP-M serão

de 6,49% e 4,22%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	30/09/2014	30 de setembro de 2015		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 6,49% IGP-M 4,22%	Cenário Possível IPCA 8,11% IGP-M 5,28%	Cenário Remoto IPCA 9,73% IGP-M 6,33%
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 16)	(1.576.790)	(1.676.071)	(1.704.668)	(1.730.212)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IGPM (nota 16)	(63.210)	(65.877)	(66.547)	(67.211)
	<u>(1.640.000)</u>	<u>(1.741.948)</u>	<u>(1.771.215)</u>	<u>(1.797.423)</u>
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão - IGPM	596.903	622.092	628.419	634.687
	<u>(1.043.097)</u>	<u>(1.119.856)</u>	<u>(1.142.796)</u>	<u>(1.162.736)</u>
Passivo Líquido Exposto				
Efeito Líquido da Variação da inflação		<u>(76.759)</u>	<u>(99.699)</u>	<u>(119.639)</u>

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	320.462	-	-	-	-	320.462
Juros Sobre Capital Próprio	-	530.000	-	-	-	530.000
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	496.503	629.265	1.747.750	2.928.088	1.729.831	7.531.437
Concessões a pagar	1.782	5.253	13.071	59.860	147.090	227.056
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	4.084	6.210	17.076	116.033	169.382	312.785
	<u>822.831</u>	<u>1.170.728</u>	<u>1.777.897</u>	<u>3.103.981</u>	<u>2.046.303</u>	<u>8.921.740</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 30 de setembro de 2014, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$5.048.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

4. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
5. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, inclusive tendo impacto em outros empréstimos devido a cláusulas de *cross-default*.

Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

O não atendimento desses requerimentos poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/09/2014	31/12/2013
Total do Passivo	7.939.769	6.660.022
Caixa e Equivalentes de Caixa	(379.808)	(1.107.174)
Passivo Líquido	7.559.961	5.552.848
Total do Patrimônio Líquido	3.480.599	3.815.017
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,17	1,46

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30/09/2014	Valor justo em 30 de setembro de 2014		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	20.227	-	20.227	-
Letras Financeiras - Bancos (LFs)	38.863	-	38.863	-
Letras Financeiras do Tesouro	15.333	15.333	-	-
Debêntures	14.196	-	14.196	-
Outros	1.063	-	1.063	-
	89.682	15.333	74.349	-
Ativos Financeiros da Concessão	596.903	-	-	596.903
Total	686.585	15.333	74.349	596.903

Metodologia de cálculo do valor justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para determinar o valor justo dos ativos financeiros de transmissão que serão objeto de indenização a Companhia utilizou como referência os critérios de mensuração com base no valor novo de reposição dos ativos – VNR, em convergência com os procedimentos utilizados pela ANEEL para homologação da base de remuneração dos ativos nos ciclos de revisão tarifária de transmissão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 30 de setembro de 2014. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 10.

27. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 estão apresentados nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	30 de setembro de 2014		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	10.321.627	1.098.741	11.420.368
ADIÇÕES AO SEGMENTO	2.761.017	48.011	2.809.028
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.442.342	265.570	5.707.912
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.277.766)	-	(1.277.766)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(200.334)	(208)	(200.542)
	(1.478.100)	(208)	(1.478.308)
OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(145.422)	(75.887)	(221.309)
Participação dos Empregados	(29.991)	(13.100)	(43.091)
Obrigação Pós Emprego	(25.818)	(10.299)	(36.117)
Material	(7.546)	(3.913)	(11.459)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(203.342)	-	(203.342)
Serviços de Terceiros	(82.377)	(26.600)	(108.977)
Depreciação e Amortização	(218.363)	-	(218.363)
Provisões	(21.881)	(9.557)	(31.438)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(91.452)	-	(91.452)
Custo de Construção	-	(48.011)	(48.011)
Outras	(67.559)	(22.174)	(89.733)
	(893.751)	(209.541)	(1.103.292)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.371.851)	(209.749)	(2.581.600)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(327.284)	-	(327.284)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	82.093	36.148	118.241
Despesas Financeiras	(240.328)	(188.789)	(429.117)
Resultado antes do IR e CSLL	2.584.972	(96.820)	2.488.152
Imposto de Renda e Contribuição Social	(978.082)	32.517	(945.565)
RESULTADO DO PERÍODO	1.606.890	(64.303)	1.542.587

DESCRIÇÃO	30 de setembro de 2013		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	8.641.298	3.945.231	12.586.529
ADIÇÕES AO SEGMENTO	273.374	80.696	354.070
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.523.617	198.000	3.721.617
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(903.049)	-	(903.049)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(187.853)	(219)	(188.072)
OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(166.830)	(79.150)	(245.980)
Participação dos Empregados	(29.828)	(14.559)	(44.387)
Obrigação Pós Emprego	(19.122)	(9.334)	(28.456)
Material	(4.489)	(3.082)	(7.571)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(51.812)	-	(51.812)
Serviços de Terceiros	(77.855)	(21.804)	(99.659)
Depreciação e Amortização	(215.971)	-	(215.971)
Provisões	(5.555)	(2.712)	(8.267)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(90.168)	-	(90.168)
Custo de Construção	-	(80.696)	(80.696)
Perda na Alienação da TBE	-	(94.080)	(94.080)
Outras	(44.548)	(14.082)	(58.630)
	(706.178)	(319.499)	(1.025.677)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.797.080)	(319.718)	(2.116.798)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.454	329.340	340.794
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	1.737.991	207.622	1.945.613
Receitas Financeiras	61.331	24.131	85.462
Despesas Financeiras	(202.041)	(163.663)	(365.704)
Resultado antes do IR e CSLL	1.597.281	68.090	1.665.371
Imposto de Renda e Contribuição Social	(531.734)	87.598	(444.136)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.065.547	155.688	1.221.235

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Realização de acordo de investimento entre Renova Energia e Cemig GT para participação em novos parques eólicos

No dia 17 de julho foi celebrado um Acordo de Investimento entre a Cemig e a Renova para desenvolvimento de um projeto eólico na região de Jacobina na Bahia. Esse acordo previa a participação de 50% da Cemig no projeto. No dia 22 de outubro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a celebração deste Acordo do Investimento

Conclusão da entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova

Em 27 de outubro de 2014, decorridos os prazos legais para o exercício do direito de preferência e da subscrição de sobras dos demais acionistas da Renova Energia S.A. (“Renova”), o Conselho de Administração da Renova homologou o aumento de seu Capital Social por meio da emissão de 87.196.901 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$17,7789 por ação, das quais 87.186.035 pertencentes à Cemig GT, no valor total de R\$1.550.071, sendo R\$810.129 mediante capitalização do AFAC feito pela Cemig GT e R\$739.943 mediante cessão, à Renova, do AFAC realizado pela Cemig GT na Chipley.

Após a homologação do referido aumento de capital, a participação da CEMIG GT na Renova passou a ser de 27,37% do capital social total e 36,62% do capital social votante, conforme quadro a seguir:

RENOVA ENERGIA	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL TOTAL
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Bloco de controle	188.309.629	79,0	-	-	188.309.629	59,1
RR Participações	50.561.797	21,2	-	-	50.561.797	15,9
Light Energia	50.561.797	21,2	-	-	50.561.797	15,9
CEMIG GT	87.186.035	36,6	-	-	87.186.035	27,3
Outros Acionistas	49.786.482	21,0	80.418.816	100,0	130.195.298	40,9
RR Participações	9.560.093	4,0	-	-	9.560.093	3,0
BNDESPAR	9.311.425	3,9	18.622.850	23,2	27.934.275	8,8
InfraBrasil	11.651.467	4,9	23.302.933	29,0	34.954.400	11,0
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,3	10.940.586	13,6	16.410.879	5,2
Outros	13.793.204	5,9	27.542.447	34,2	41.335.651	12,9
Total	238.096.111	100,0	80.408.816	100,0	318.504.927	100,0

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

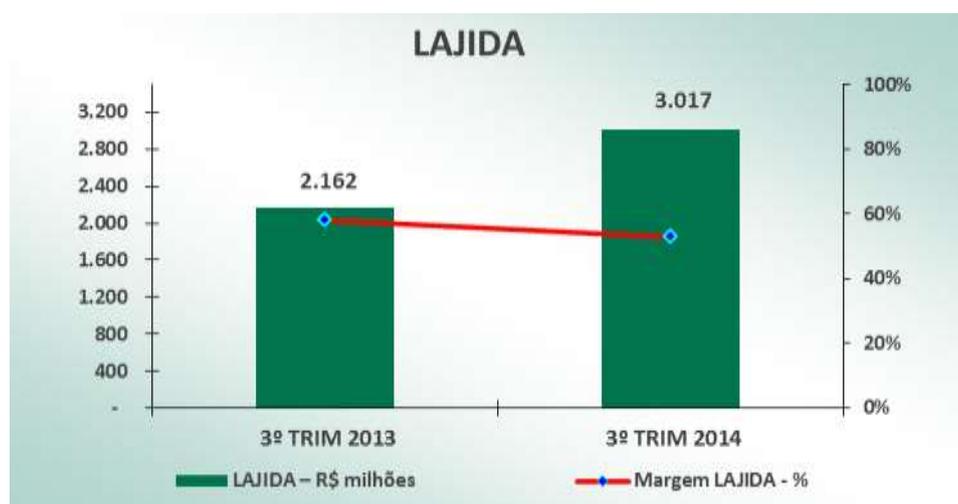
Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no período de janeiro a setembro de 2014, um resultado de R\$1.542.587, em comparação ao resultado de R\$1.221.235 no mesmo período de 2013, um aumento de 26,31%. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou crescimento no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação com o mesmo período de 2013, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2014	30/09/2013	Var %
Resultado do Período	1.542.587	1.221.235	26,31
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	945.565	444.136	112,90
+ Resultado Financeiro Líquido	310.876	280.242	10,93
+ Amortização e Depreciação	218.363	215.971	1,11
= LAJIDA	3.017.391	2.161.584	39,59



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2014, em comparação ao mesmo período de 2013 deve-se, principalmente, ao crescimento de 53,37% verificado na receita líquida compensado, parcialmente, pelo aumento de 24,33% verificado nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e

amortização). A margem do LAJIDA manteve-se estável passando de 58,08% para 52,86%.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$		Preço Médio – R\$/MWh	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Industrial	15.586.460	13.517.710	2.372.220	1.906.681	152,20	141,05
Comercial	240.536	225.233	54.658	48.016	227,23	213,18
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	90.071	7.397	-	-
	15.826.996	13.742.943	2.516.949	1.962.094	159,03	142,77
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	10.164.570	11.973.572	1.373.535	1.521.925	135,13	127,11
	25.991.566	25.716.515	3.890.484	3.484.019	149,68	135,48

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.890.484 no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação a R\$3.484.019 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 11,67% decorrente, principalmente, do aumento de 10,48% no preço médio/MWh praticado.

Receita de Transmissão e Receita de Indenização

A receita de transmissão foi de R\$462.159 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a R\$354.000 no mesmo período de 2013, apresentando um aumento de 30,55% e é composta por:

- Receita de Concessão de Transmissão representada pela Receita Anual Permitida – RAP, no montante de R\$218.670 em 2014 e R\$175.735 em 2013;
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, no montante de R\$243.489 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados com R\$178.265 no mesmo período de 2013, representando uma variação de 36,59% decorrente do maior volume de demanda de energia em função da incorporação de novos contratos e da concentração, no primeiro semestre, da sazonalização da energia dos contratos de clientes livres.

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R\$63.315, referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado, considerando à adesão à Lei nº 12.783/13.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$2.219.462 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a R\$640.012 no mesmo período de 2013, um aumento de 246,78%. Esta variação decorre de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, associada à alta de 166,54% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$676,16/MWh em 2014 e R\$253,68/MWh em 2013).

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$990.650 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a R\$853.038 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 16,13%. Este aumento é decorrente basicamente do crescimento da receita em 2014, considerando que a maior parte dos impostos representa um percentual sobre a receita auferida.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.581.600 no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação com R\$2.116.798 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 21,96%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.277.766 no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação com R\$903.049 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 41,49%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 30,98% no volume de energia comprada no ambiente livre em 2014 (7.468.054 MWh) comparado com 2013 (5.701.713 MWh), em função da maior atividade de comercialização, associado, em menor parte, ao maior custo de aquisição tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado brasileiro.

Perdas na Alienação da TBE

Em 2013, a Companhia apresentou despesa com Perdas na Alienação da TBE no valor de R\$94.080. Este valor corresponde à baixa do investimento no grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT, na TBE, para a TAESA.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$221.309 no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação com R\$245.980 no mesmo período de 2013, representando redução de 10,03%. Esta redução decorre, principalmente, do fato que em 2013 a despesa foi impactada de forma extraordinária pelos custos com o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), no montante de R\$29.900.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

A despesa com matéria-prima e insumos para produção de energia foi de R\$203.342 no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação com R\$51.812 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 292,46%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2014, de uma maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, que foi acionada em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Provisões Operacionais

O resultado com provisões operacionais foi uma constituição de R\$31.438 no período de janeiro a setembro de 2014 comparado a uma reversão de R\$8.267 no mesmo período de 2013. Os principais efeitos são decorrentes de:

- R\$12.559 referentes a provisões para contingências tributárias relativas à contribuição previdenciária sobre adicional para aposentadoria; e
- R\$8.156 decorrentes de mensuração dos efeitos da opção de venda assinada entre a Companhia e as entidades de previdência complementar em função da aquisição de participação indireta na MESA, conforme Nota Explicativa nº 11 das Informações Contábeis Intermediárias.

Demais Itens de Custos e Despesas Operacionais

Os demais itens de Custos e Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$847.745 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a R\$813.610 no mesmo período de 2013, aumento de 4,20%.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R\$327.284 no período de janeiro a setembro de 2014 em comparação ao resultado positivo de R\$340.794 apurado no mesmo período do exercício anterior.

Esse resultado decorre basicamente da perda apurada em 2014, no valor de R\$348.315, referente ao resultado de equivalência patrimonial no investimento na usina de Santo Antônio através da MESA e SAAG, considerando os seguintes fatores:

- Despesa na CCEE em função da redução do GSF (Generation Scaling Factor – Fator de ajuste de geração), que implica em uma redução na energia assegurada das usinas do sistema interligado brasileiro, o que inclui a usina de Santo Antônio;
- FID - Fator de Indisponibilidade, que indica a exigência mínima de disponibilidade das máquinas da usina em um período de 60 meses. Deve ser ressaltado que a Madeira Energia está questionando judicialmente os critérios aplicados para determinação do FID da Usina de Santo Antônio.
- Provisão para perdas nos valores a receber do consórcio construtor da usina em função do atraso na entrada em operação comercial das unidades geradores em relação ao cronograma previsto e corresponde à diferença entre o custo pela compra de energia em relação ao preço da tarifa de energia de venda de Santo Antônio. Essa Provisão para perdas decorre da nova expectativa dos valores a serem recebidos, ainda sendo objeto de tratativas entre a MESA e o Consórcio.

Adicionalmente, deve ser ressaltado que no ano anterior a TAESA era uma controlada em conjunto da Cemig GT. Em 2014 a participação da Cemig GT neste investimento foi transferida para a Cemig H, através de redução de capital, o que contribuiu para a redução do resultado de equivalência patrimonial apurado no período.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$310.876 no período de janeiro a setembro de 2014 comparado a uma despesa financeira líquida de R\$280.242 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 10,93%.

Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento na receita de aplicações financeiras: R\$93.549 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a R\$69.869 no mesmo 2013, apresentando aumento de 33,89%. O maior impacto se verificou em decorrência, basicamente, da variação do CDI (7,83% em 2014 e 5,62% em 2013);
- aumento na receita de acréscimos moratórios na conta de energia: R\$9.083 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$3.711 no mesmo período de 2013 representando aumento de 144,76% decorrente, principalmente, do recebimento de multa contratual em função da rescisão unilateral, por alguns clientes, do contrato de fornecimento de energia;
- aumento nos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$314.069 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a R\$226.122 no mesmo período de 2013, representando aumento de 38,89% decorrente, principalmente, da captação de recursos em 2014 vinculados a variação do CDI, no montante de R\$1.905.368, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16 das Informações Contábeis Intermediárias;

- aumento da despesa de ajuste a valor presente: despesa de R\$8.881 no período de janeiro a setembro de 2014 comparados a despesa de R\$1.556 mesmo período de 2013, representando aumento de 470,76% decorrente, principalmente, da maior variação do IGPM no atual período (1,76% em 2014 na comparação com 3,69% em 2013).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no período de janeiro a setembro de 2014, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$945.565 em relação ao Resultado de R\$2.488.512 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 38,00%. No mesmo período de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$444.136 em relação ao Resultado de R\$1.665.371 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 26,67%.

Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013

	Nota	Jul a Set/14	Jul a Set/13
RECEITA	21	1.177.646	1.245.485
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	22		
Pessoal		(73.906)	(70.919)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		(12.978)	(16.905)
Obrigações Pós-Emprego		(12.039)	(9.485)
Materiais		(4.765)	(3.177)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(77.709)	(95)
Serviços de Terceiros)		(41.711)	(35.057)
Depreciação e Amortização		(78.634)	(71.433)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(24.678)	(30.305)
Provisões Operacionais		(23.165)	662
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(69.419)	(62.913)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(510.976)	(374.157)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(10.919)	(37.117)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos		(49.201)	(21.095)
		(990.100)	(731.996)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(319.468)	224.344
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		(131.922)	737.833
Receitas Financeiras	23	36.515	39.081
Despesas Financeiras	23	(154.240)	(108.753)
Resultado antes dos Impostos		(249.647)	668.161
Imposto de Renda e Contribuição Social	8b	(17.199)	(152.403)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	(1.424)	16.087
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(268.270)	531.845
Lucro Básico por ação ordinária		(0,0926)	0,1836
Lucro Diluído por ação ordinária		(0,0926)	0,1836

Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no terceiro trimestre de 2014, um prejuízo de R\$268.270 em comparação com o lucro de R\$531.845 no terceiro trimestre de 2013, representando queda de 150,44% decorrente, principalmente, da redução de 242,40% no resultado de equivalência patrimonial e crescimento de 35,26% nos custos e despesas operacionais.

Vide comentários adicionais na sequência deste Relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou queda no terceiro trimestre de 2014 em comparação com o terceiro trimestre de 2013, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA	Jul a Set/14	Jul a Set/13	Var %
Resultado do Período	(268.270)	531.845	(150,44)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	18.623	136.316	(86,34)
+ Resultado Financeiro Líquido	117.725	69.672	68,97
+ Amortização e Depreciação	78.634	71.433	10,08
= LAJIDA	<u>(53.288)</u>	<u>809.266</u>	<u>(106,58)</u>



A queda do LAJIDA, no terceiro trimestre de 2014, em comparação ao terceiro trimestre de 2013, deve-se, principalmente, à queda de 150,44% no resultado do período em função, principalmente da queda de 242,40% no resultado da equivalência patrimonial, decorrente do resultado negativo da investida Madeira e da transferência da Taesa para a Cemig Holding, associado ao crescimento de 37,98% dos custos e despesas operacionais (excluindo-se as despesas de depreciação e amortização).

Composição da Receita

	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.336.229	1.369.035
Receita de Transmissão – com impostos (b)	134.480	122.497
Receita de Construção	10.919	37.117
Transações com energia na CCEE (c)	2.226	4.565
Outras receitas operacionais	3.436	5.224
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	(309.644)	(292.953)
	<u>1.177.646</u>	<u>1.245.485</u>

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$		Preço Médio – R\$/MWh	
	Jul a Set /14	Jul a Set /13	Jul a Set /14	Jul a Set /13	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Industrial	5.437.628	4.743.203	836.999	679.347	153,93	143,23
Comercial	78.883	73.422	18.058	15.785	228,92	214,99
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(13.299)	53.113	-	-
	5.516.511	4.816.625	841.758	748.245	152,59	155,35
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.029.329	4.105.497	494.471	620.790	163,23	151,21
	8.545.840	8.922.122	1.336.229	1.369.035	156,36	153,44

(**) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

No terceiro trimestre de 2014, a receita com fornecimento bruto de energia elétrica apresentou queda de 2,40% em comparação com o terceiro trimestre de 2013 decorrente, principalmente, da redução de 4,22% na quantidade de energia fornecida compensado, parcialmente, pelo aumento de 1,90% no preço médio/MWh praticado.

(b) Receita de Concessão e Receita de Indenização

A receita de transmissão foi de R\$134.480 no terceiro trimestre de 2014 comparados a R\$122.497 no mesmo período de 2013, apresentando um aumento de 9,78% e é composta por:

- Receita de Concessão de Transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, no montante de R\$81.849 em 2014 e R\$62.800 em 2013;
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, no montante de R\$52.631 no terceiro trimestre de 2014 comparados com R\$59.697 no mesmo período de 2013, representando redução de 11,84% em função da sazonalização da energia dos contratos de clientes livres de 2014 ter sido concentrada no primeiro semestre.

(c) Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$2.226 no terceiro trimestre de 2014 comparados a R\$4.565 no mesmo período de 2013, apresentando queda de 51,24%. Esta queda é decorrente, principalmente, de uma menor disponibilidade de energia para liquidação na CCEE em função da estratégia de sazonalização que concentrou maior volume de energia para comercialização no primeiro semestre de 2014.

Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita

	Jul a Set /14	Jul a Set /13
Tributos sobre a Receita		
ICMS	138.044	114.953
COFINS	112.736	112.432
PIS-PASEP	24.474	24.438
ISSQN	204	214
	275.458	252.037
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	9.565	17.845
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE / PROINFA	12.939	10.946
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	4.673	4.850
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	4.673	4.850
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	2.336	2.425
	34.186	40.916
	309.644	292.953

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$309.644 no terceiro trimestre de 2014 comparados a R\$292.953 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 5,70%. Este aumento é decorrente basicamente do crescimento do pagamento de ICMS, tendo em vista a maior receita em 2014 com venda de energia para clientes industriais e comerciais, onde ocorre a incidência do imposto mencionado.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$990.100, no terceiro trimestre de 2014, comparados a R\$731.966 no terceiro trimestre de 2013, representando um aumento de 35,26%. As principais variações estão relacionadas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$510.976, no terceiro trimestre de 2014, comparados a R\$374.157 no terceiro trimestre de 2013, representando um crescimento de 36,57%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 19,20% no volume de energia comprada, sendo 2.674.375 MWh no terceiro trimestre de 2014 comparados a 2.243.617 MWh no mesmo período de 2013, combinado com a elevação do preço da energia elétrica verificada no mercado brasileiro.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

A despesa com matéria-prima e insumos para produção de energia foi de R\$77.709 no terceiro trimestre de 2014 em comparação com R\$95 no mesmo período de 2013. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2014, de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, que foi acionada em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Provisões Operacionais

O resultado com provisões operacionais foi uma constituição de R\$23.165 no terceiro trimestre de 2014 comparado a uma reversão de R\$662 no mesmo período de 2013. Os principais efeitos são decorrentes de:

- R\$12.559 referentes a provisões para contingências tributárias relativas à contribuição previdenciária sobre adicional para aposentadoria; e
- R\$8.156 decorrentes de mensuração dos efeitos da opção de venda assinada entre a Companhia e as entidades de previdência complementar em função da aquisição de participação indireta na MESA, conforme Nota Explicativa nº 11 das Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R\$319.468 no terceiro trimestre de 2013 em comparação ao resultado positivo de R\$224.344 apurado no mesmo período do exercício anterior.

Esse resultado decorre basicamente da perda apurada no terceiro trimestre de 2014, no valor de R\$328.929, referente ao resultado de equivalência patrimonial no investimento na usina de Santo Antônio através da MESA e SAAG, considerando os seguintes fatores:

- Despesa na CCEE em função da redução do GSF (Generation Scaling Factor – Fator de ajuste de geração), que implica em uma redução na energia assegurada das usinas do sistema interligado brasileiro, o que inclui a usina de Santo Antônio;
- FID - Fator de Indisponibilidade, que indica a exigência mínima de disponibilidade das máquinas da usina em um período de 60 meses. Deve ser ressaltado que a Madeira Energia está questionando judicialmente os critérios aplicados para determinação do FID da Usina de Santo Antônio.
- Provisão para perdas nos valores a receber do consórcio construtor da usina em função do atraso na entrada em operação comercial das unidades geradores em relação ao cronograma previsto e corresponde à diferença entre o custo pela compra de energia em relação ao preço da tarifa de energia de venda de Santo Antônio. Essa Provisão para perdas decorre da nova expectativa dos valores a serem recebidos, ainda sendo objeto de tratativas entre a MESA e o Consórcio.

Adicionalmente, deve ser ressaltado que no ano anterior a TAESA era uma controlada em conjunto da Cemig GT. Em 2014 a participação da Cemig GT neste investimento foi transferida para a Cemig H, através de redução de capital, o que contribuiu para a redução do resultado de equivalência patrimonial apurado no período.

Resultado Financeiro Líquido

	Jul a Set /14	Jul a Set /13
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	27.944	32.778
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	2.081	1.215
Variação Monetária	2.188	577
Variações Cambiais	(81)	-
Ajuste a Valor Presente	-	2.468
Impostos Incidentes Sobre Receitas Financeiras	-	3.348
Outras	4.383	1.163
	36.515	41.549
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(139.143)	(81.806)
Variação Monetária – Forluz	(3.893)	(3.679)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(275)	(11.832)
Variações Cambiais	(184)	(2)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	2.902	(8.230)
Variações Monetárias	(1.839)	(1.454)
Ajuste a Valor Presente	(9.967)	-
Outras	(1.841)	(4.218)
	(154.240)	(111.221)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(117.725)	(69.672)

Na comparação dos valores do terceiro trimestre de 2014 com o mesmo período de 2013, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$117.725 em 2014, comparado a uma despesa líquida de R\$69.672 em 2013, apresentando aumento de 68,97%.

A seguir destaca-se os itens que, individualmente, apresentaram as variações mais relevantes.

- Redução no resultado líquido do ajuste a valor presente: despesa de R\$9.967 no terceiro trimestre de 2014 comparada a receita de R\$2.468 no mesmo período de 2013 apresentando redução bruta de R\$12.435 decorrente, principalmente, da menor variação do IGPM no período atual (0,67% em 2014 e 1,91% em 2013);
- Aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$139.143 no terceiro trimestre de 2014 comparados a R\$81.806 no terceiro trimestre de 2013, aumento de 70,09% decorrente, principalmente, da da captação de recursos em 2014 vinculados a variação do CDI, no montante de R\$1.905.368, conforme demonstrado em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 16 das Informações Contábeis Intermediárias;
- Redução na despesa de variação monetária sobre empréstimos e financiamentos: R\$275 no terceiro trimestre de 2014 comparados R\$11.832 no mesmo período de 2013, representando redução de 97,68% decorrente, principalmente, da menor variação do IGPM no atual período (variação negativa de 0,67% em 2014 em comparação com 1,91% de variação positiva em 2013).
- Redução na despesa de variação monetária de concessão onerosa: receita de R\$2.902 no terceiro trimestre de 2014 comparada a uma despesa de R\$8.230 no mesmo período de 2013, representando uma redução de 135,26% decorrente,

principalmente, de menor variação do IGP-M (0,67% e, 2014 em comparação com 1,91% em 2013).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no terceiro trimestre de 2014, despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$18.623 em relação ao prejuízo de R\$249.647 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 7,46%. No terceiro trimestre de 2013, a Companhia apurou despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$136.316 em relação ao lucro de R\$668.161 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 20,40%.

Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Contábeis Intermediárias.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Renovação da concessão da usina hidrelétrica de Jaguará

Conforme descrito na nota explicativa 12 às informações contábeis intermediárias, o contrato de concessão da usina hidrelétrica de Jaguará (“UHE Jaguará”) teve seu vencimento em agosto de 2013. Em 30 de agosto de 2013 a Companhia obteve liminar no Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ. A referida liminar assegura que a Companhia permanecerá no controle da UHE Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do mérito do processo. Com base nos termos da liminar, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará, considerando que permanece no controle da referida usina. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ativos financeiros de concessão de transmissão

Conforme descrito na nota explicativa 10 às informações contábeis intermediárias, com base no previsto na Lei 12.783/13, a Companhia encaminhou informações ao Poder Concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 formados até maio de 2000, no montante de R\$596.903 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Deloitte Touche Tohmatsu

Belo Horizonte, 12 de novembro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG